



## Política de Privacidade

### Real Clube de Campo Dom Carlos I

#### 1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade foi implementada com a finalidade de demonstrar a obrigação e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Serve, também, para lhe dar a conhecer o nosso compromisso relativamente aos seus dados. Esta informação pode incluir os dados que nos fornece diretamente, o que aprendemos acerca de si e as opções que nos dá relativamente à informação que lhe enviamos.

Esta política pretende, também, dar-lhe a conhecer os seus direitos, protegidos por lei, e como os pode exercer.

##### a. QUEM SOMOS

O Real Clube de Campo Dom Carlos I (RCCDCI), com sede na Areia Concelho de Cascais, é uma associação privada sem fins lucrativos constituída por escritura pública a 15 de Fevereiro de 1962.

Tem como objeto fundamental a prática e dinamização de atividades sociais, culturais, recreativas e dentro destas últimas, obrigatoriamente, as atividades Hípicas que desenvolve há mais de 50 anos. É a mais antiga coletividade Equestre do Concelho de Cascais.

O Real Clube de Campo D. Carlos I está dotado de um Centro Hípico, uma Escola de Equitação, uma Escola e Recinto de Ténis, dois Restaurantes e uma piscina numa paisagem única com vista para o mar.

É um clube de vocação essencialmente familiar, com associados, que nos termos dos Estatutos, participam na sua vida associativa.

##### b. O NOSSO COMPROMISSO

O Real Clube de Campo Dom Carlos I (RCCDCI) compromete-se a:

- Manter os seus dados seguros e privados;
- Não comercializar os seus dados;
- Permitir-lhe gerir e rever os seus dados.

## 2. DADOS PESSOAIS E LEGISLAÇÃO

### a. A LEGISLAÇÃO

A proteção de dados pessoais é regulada por um conjunto de legislação, onde se insere o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, vulgo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Este regulamento especifica que a utilização de dados pessoais é possível se houver uma razão válida que se sobreponha à defesa da privacidade. A legislação prevê, no seu artigo 5º, que os dados pessoais são:

- Objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados (“licitude, lealdade e transparência”);
- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades; o tratamento posterior para fins de arquivo de interesse público, ou para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, não é considerado incompatível com as finalidades iniciais, em conformidade com o artigo 89º, nº 1 (“limitação das finalidades”);
- Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados (“minimização dos dados”);
- Exatos e atualizados sempre que necessário; devem ser adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora (“exatidão”);
- Conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados; os dados pessoais podem ser conservados durante períodos mais longos, desde que sejam tratados exclusivamente para fins de arquivo de interesse público, ou para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, em conformidade com o artigo 89º, nº 1, sujeitos à aplicação das medidas técnicas e organizativas adequadas exigidas pelo presente regulamento, a fim de salvaguardar os direitos e liberdades do titular dos dados (“limitação da conservação”);
- Tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas (“integridade e confidencialidade”);

Relativamente aos vários motivos que permitem o tratamento de dados pessoais, o artigo 6º, número 1 especifica, que:

O tratamento só é lícito se e na medida em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- O titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas;
- O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- O tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- O tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento;
- O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

### b. TIPOLOGIA DE DADOS PESSOAIS

Transcrevemos aqui as principais definições do RGPD relativamente aos dados pessoais, limitando-nos às que são aplicáveis à nossa realidade:

- “Dados pessoais”, informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;
- “Tratamento”, uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;
- “Responsável pelo tratamento”, a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro; e
- “Consentimento” do titular dos dados, uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.

### 3. COMO UTILIZAMOS OS SEUS DADOS

#### a. QUE USO DAMOS AOS SEUS DADOS

Que dados utilizamos	Licitude	Justificação
<b>Associados</b>		
Número de Sócio Nome NIF Morada Contato Telefónico Endereço Correio Eletrónico	Execução de Contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para manter os nossos registos atualizados e podermos contactar consigo sobre matérias administrativas e eventos do clube;</li> <li>• Para poder cumprir as nossas obrigações legais.</li> </ul>
Número de Sócio Nome Situação Associado	Execução de Contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para permitir o acesso dos Associados às tabelas de desconto dos concessionários e vantagens/ descontos de outros parceiros;</li> <li>• Para permitir o acesso dos Associados às áreas exclusivas da propriedade: sala de sócios e piscina.</li> </ul>
Número de Sócio Nome	Execução de Contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para registar a inscrição em determinados eventos promovidos pelo clube.</li> </ul>
<b>Cientes e Usuários</b>		
Contato Telefónico Endereço Correio Eletrónico	Consentimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para enviar comunicações para quem subscreve à nossa informação.</li> </ul>
<b>Colaboradores</b>		
Nome NIF NISS Morada Dados do Agregado IBAN Contato Telefónico Endereço Correio Eletrónico	Execução de Contrato	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para podermos gerir os nossos colaboradores e cumprir as nossas obrigações legais.</li> </ul>

#### b. POR QUANTO TEMPO GUARDAMOS OS SEUS DADOS

Guardamos os seus dados pessoais consoante a finalidade para a qual os tratamos.

No caso dos sócios, guardamos os seus dados enquanto se mantiver sócio do clube e até ao fim do ano civil seguinte após ter manifestado a intenção de deixar de o ser. Esta regra não se aplica no caso de haver valores a regularizar.

Para a informação pedida, guardamos os seus dados desde que manifesta a intenção de subscrever, seja diretamente na página de internet ou a partir da sua admissão como sócio e até solicitar a suspensão do envio da mesma.

Para os colaboradores, os dados serão mantidos enquanto se mantiver a relação contratual e durante os prazos legais após o término do contrato.

Temos a obrigação legal de manter alguns dos seus dados durante os prazos previstos na legislação em vigor, nomeadamente os dados para efeitos fiscais por um período, atualmente fixado de 10 anos.

#### c. COM QUEM PARTILHAMOS

Os seus dados não são partilhados com nenhuma outra entidade fora do Clube, com exceção dos casos abaixo:

- Os nossos concessionários instalados no Clube para efeitos de confirmação do estatuto de sócio e da situação das quotas;
- As entidades legais (e.g. Autoridade Tributária);
- No caso dos colaboradores, os dados são também partilhados com as entidades legais obrigatórias (e.g. Autoridade Tributária, Segurança Social, ACT).

### 4. O CONTROLO QUE TEM SOBRE OS SEUS DADOS

#### a. ESCLARECIMENTO

A Qualquer dúvida que tenha relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais deve ser endereçada à Direção do Clube:

- Por via postal:

**Real Clube de Campo Dom Carlos I**  
**Rotunda Dom Carlos I, nº 7 - Areia**  
**2750-057, Cascais**

- Por contato telefónico:

**214 871 403**

- Por correio eletrónico:

**geral@clubedcarlos.pt**

- Pelo formulário da página de internet:

**<http://www.clubedcarlos.pt/contatos>**

**b. COMO RETIRAR O CONSENTIMENTO**

O consentimento refere-se ao envio de informação pelo que deve solicitar a remoção do envio, se assim o desejar, pelas formas indicadas na página de internet ou outro contato em cima indicado.

**c. COMO CORRIGIR A INFORMAÇÃO**

Caso verifique alguma incorreção na sua informação deve solicitar a sua atualização ao clube pelos contactos elencados acima juntando, sempre que possível, as necessárias evidências.

**d. COMO SOLICITAR ACESSO AOS SEUS DADOS**

Pode solicitar o acesso aos seus dados através da utilização dos contactos acima referidos.

**e. COMO PEDIR A NÃO UTILIZAÇÃO DOS SEUS DADOS**

O pedido de não utilização dos seus dados pode ser solicitado à Direção do Clube, pelos contactos acima referidos. Consoante o tipo de pedido, a não utilização dos dados poderá ter implicações no estatuto de sócio e suas regalias.